## Prefeitos na mira da Federal

Investigações apontam o envolvimento de prefeituras em licitações fraudulentas para a compra de merenda escolar

exemplo do que ocorreu em Alagoas, onde oito prefeitos e quatro ex-prefeitos foram presos acusados de desviar recursos federais da educação, no Espírito Santo a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF) investigam o envolvimento de políticos e empresários em licitações fraudulentas.

As apurações constam no inquérito 104/2003 – considerado o inquérito-mãe – instaurado pela Polícia Federal durante a passagem da missão especial no Estado. O documento tem mais de 100 volumes e já foi desmembrado em outros inquéritos.

As investigações começaram em 2002, quando as denúncias de irregularidades na aplicação de recursos federais oriundos de convênios entre as prefeituras e o Ministério da Educação vieram à tona.

Na ocasião, peritos e agentes da PF e Receita Federal cumpriram mandados de busca e apreensão, com autorização judicial, em algumas prefeituras. Foram verificados os processos de compra de mercadorias e como se dá a execução dos serviços contratados.

Os nomes das prefeituras supostamente envolvidas em esquemas de corrupção não foram revelados. Porém, em 2003, agentes federais realizaram uma devassa na Prefeitura de Anchieta.

De acordo com as investigações, as prefeituras teriam realizado licitações fraudulentas para a compra de merenda e material escolar. O esquema de fraudes também envolveria funcionários das prefeituras encarregados das licitações, que manipulavam os processos permitindo que o mesmo grupo de em-



Federal faz levantamentos

presários ganhasse sempre.

Entre as provas conseguidas pelos agentes federais e procuradores da República existiria, inclusive, um termo de compromisso dado por um prefeito a um empresário como forma de garantia de que ele ganharia uma licitação para a realização de obras no município.

Além de fraudes em licitações, os prefeitos envolvidos são acusados de sonegação fiscal, lavagem de dinheiro, remessa ilegal de recursos para o exterior e formação de quadrilha.

O procurador-geral da República no Estado, José Nilso de Lírio, explicou que não poderia dar detalhes sobre o assunto. Ele contou, contudo, que depois que o inquérito for relatado, será desmembrado de acordo com a quantidade de municípios envolvidos.



